

Políticas educacionais e desigualdades sociais: uma análise sobre o direito à educação e as trajetórias escolares

Milena Primo Fenelon (UFPR)
fenelonmilena@gmail.com

1 Introdução

Com a evolução e o desenvolvimento do sistema, há a emergência de novas desigualdades, podendo ser explicada pelo fato de que os indivíduos não fazem parte de uma mesma classe social. Desta forma, estas desigualdades produzem exclusão dentro de uma sociedade “porque a referência, para as suas vítimas, continua a ser a categoria a que pertencia antes” (FITOUSSI; ROSANVALLON, 1997, p. 43).

Em contrapartida, existem desigualdades chamadas de estruturais, pois são interiorizadas pela sociedade. Neste sentido, no contexto educacional, “quando o acesso escolar é confundido apenas com a existência da vaga, acredita-se que há uma igualdade de acesso para os estudantes que estão matriculados. Portanto esse desafio é tomado como um problema já superado” (JOHNSON, 2021, p. 25).

Assim, é necessário refletir sobre seu papel como um direito assegurado por Lei, visto que, quando não são dadas condições aos estudantes, estratificam-se as oportunidades escolares, afetando negativamente as trajetórias deles, pois influenciam não somente as oportunidades dentro da escola mas sua vida fora dela, já que fazem parte de um conjunto de fatores. Além disso, podem evidenciar desigualdades de oportunidades educacionais quando são condicionadas por características como por exemplo sexo, cor e nível socioeconômico, refletindo em desvantagens no sistema de ensino.

Isto posto, o presente trabalho tem por objetivo a análise das desigualdades sociais frente às políticas educacionais e como se dá a garantia do direito à educação no que diz respeito às trajetórias escolares.

2 Desigualdades sociais e o conceito de igualdade

A desigualdade desenvolvida no interior de uma sociedade possui diversas condicionantes e geram consequências. A exclusão é resultante desse processo, e por essa razão, pode-se dizer que as desigualdades sociais não são consideradas naturais pois são construídas.

Fitoussi e Rosanvallon (1997) apontam que a estrutura do sistema é caracterizada por um conjunto de desigualdades estruturais, ou seja, são interiorizadas pela sociedade, sendo necessário pensar em uma noção de igualdade neste sentido, a qual pode ser caracterizada como um princípio de organização que estrutura a transformação de uma sociedade.

No entanto, é necessário saber de qual igualdade se fala, como por exemplo igualdade de rendas e riquezas. Assim, a igualdade em uma esfera não supõe igualdade nas demais, ou seja, pode gerar desigualdades em outros locais por justamente não haver um único princípio de igualdade que contemple todo o social, pois seria insuficiente para analisar uma sociedade multifacetada (SEN, 2008).

3 O direito à educação e as trajetórias escolares

A educação é um direito social, reconhecida como o primeiro direito fundamental de todos e dever do Estado e da família, devendo ser ministrada com base em nove princípios, dos quais destacam-se a igualdade de condição para acesso e permanência na escola e a garantia de um padrão mínimo de qualidade (BRASIL, 1989).

No entanto, quando o acesso, a permanência e a conclusão não são garantidas, esse direito não é materializado, estratificando as oportunidades escolares ao resultar em reprovação, evasão e até mesmo exclusão dentro do sistema de ensino, inviabilizando a trajetória escolar dos estudantes.

O conceito de trajetórias escolares vincula-se ao percurso de um estudante dentro do sistema de ensino, e são influenciadas por fatores intra e extraescolares. Soares, Alves e Fonseca (2021) apontam que muitos estudantes têm suas trajetórias interrompidas por uma ou mais barreiras, como a reprovação, o abandono ou a evasão escolar e por isso o direito à educação não está plenamente materializado para toda a população em idade escolar. Assim, as desigualdades afetam a vida escolar dos estudantes pois influenciam oportunidades dentro da escola mas também sua vida fora dela.

Gaya (2019) aponta que ao pensarmos em uma trajetória protegida, é necessário levar em consideração as políticas que buscam garantir o direito, e que ele não é destinado somente aos privilegiados, mas para todos. Por essa razão, é imprescindível realizar a análise de trajetórias juntamente ao direito à educação, pois é pela efetivação deste direito e garantia de condições básicas para sua materialização que uma trajetória pode ser considerada como protegida e conclusiva, cabendo à escola e ao Estado o desafio de tornar a educação acessível a todos.

4 Políticas e desigualdades educacionais

Após a aprovação da Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, houve alteração no texto legal, ampliando a duração do ensino fundamental obrigatório para 9 anos. E em 2014 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE) dividido em 20 metas para a educação nacional. dentre as metas propostas, a meta 2 faz menção à universalização do ensino fundamental e a garantia de conclusão da educação básica. Embora aprovadas em anos e contextos diferentes, as duas políticas possuem relação, pois o PNE aprovado em 2014 corrobora com o texto legal de 2006 de ampliação do acesso.

Pensando na ampliação do acesso, a teoria da “Desigualdade Maximamente Mantida”, proposta por Raftery e Hout (1993), a qual estipula que a redução da desigualdade de acesso a uma determinada etapa só se efetivaria quando o acesso a ela estivesse generalizado, ou seja, quando todos alcançassem essa etapa. Nesse ritmo, a competição pela entrada na etapa em questão passa para as demais etapas da hierarquia das instituições escolares. Do ponto de vista dos indivíduos de camadas sociais superiores, isso acaba sendo vantajoso pelo fato de poderem aproveitar as oportunidades, em contrapartida, os indivíduos de grupos menos favorecidos continuarão a sofrer com as desigualdades sociais reproduzidas por esse modelo, pois dificilmente alcançarão novas posições.

5 Considerações Finais

A compreensão dos conceitos acerca das desigualdades sociais e da própria igualdade e suas implicações na sociedade permitem responder a questões

contemporâneas, como o direito à educação, as trajetórias escolares e as políticas educacionais, assim como apresentou este ensaio.

Com relação à garantia do direito à educação, não é possível analisá-la à parte das condições reais de uma sociedade e de seus cidadãos, pelo contrário, é necessário considerar o contexto de efetivação e materialização de determinado direito, além das declarações e legislações em vigência.

Desta forma, questionar a efetivação do direito à educação, tendo em vista as desigualdades existentes no país e as condições de vida dos estudantes, é tarefa indispensável no campo das políticas educacionais: é necessário pensar como suas trajetórias se darão nas instituições e se estão sendo asseguradas condições de permanência para todos.

Por essa razão, refletir quais políticas estão sendo implementadas para garantir que o direito à educação seja, de fato, efetivamente cumprido, como forma de superar as desigualdades historicamente construídas no país é imprescindível.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 21 jan. 2023.

FITOUSSI, J. P.; ROSANVALLON, P. **A nova era das desigualdades**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 1997.

GAYA, T. F. M. **As trajetórias escolares do ensino fundamental sob o olhar das políticas educacionais: um estudo longitudinal no município de Pinhais de 2009 a 2018**. 2019. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

JOHNSON, J. DE J. S. C. **Indicadores de qualidade da educação: um debate sobre trajetórias escolares, 2021**. Dissertação (Mestrado em Educação), Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

RAFTERY, A.; HOUT, M. Maximally maintained inequality: expansion, reform, and opportunity in Irish Education. **Sociology of Education**, n. 66, p. 41-62, 1993.

Disponível em:

<<https://sites.stat.washington.edu/people/raftery/Research/PDF/hout1993.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2023.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 2008.

SOARES, J. F; ALVES, M.T.G.; FONSECA, J. A; **Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira**. Revista brasileira de estudos da população, n. 38, 2021. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/9ZRM8LBTqQMHMDQNJDwjQZQ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 jan. 2023.